



Novos rumos para a Educação



**Sindicatos de 13
estados debatem
educação em
Salvador**

PÁGINAS 6 E 7

Exclusiva

Jornalista da ADUFRGS entrevista
ministro Sílvio Almeida

PÁGINA 4



EDITORIAL

Diversificar para incluir

Uma entidade envolvida com o compromisso ético e político do enfrentamento das desigualdades sociais é um grande desafio, e, mais que um desafio, é uma necessidade. Especialmente se tratando da ADUFRGS-Sindical, que representa os docentes das instituições de ensino público federal.

Nós, juntamente com os movimentos sociais, militantes e ativistas da educação, comprometidos com uma educação democrática, lutamos para dirimir a desigualdade provocada pelo não acesso ao ensino superior por grupos considerados desviantes (mulheres, LGBTQIAPN+, negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência), os quais fogem às formas hegemônicas de existência.

A ADUFRGS e sua diretoria têm como prioridade combater todo e qualquer tipo de preconceito. Estamos comprometidos em lutar e buscar uma sociedade diversa em todas as áreas de nossas atividades que abrangem desde as frentes políticas até os espetáculos culturais. Para além do discurso, realizamos seminários e promovemos debates que surgem como resultado do trabalho de diversos atores envolvidos nesse processo de visibilizar e protagonizar no espaço do sindicato, da universidade e da sociedade a nossa relação com a comunidade no enfrentamento

dessas desigualdades.

O nosso comprometimento na busca de uma comunidade igualitária e representativa também é expresso nas camisas com slogans: *Por Uma Educação Antimachista, Por Uma Educação Diversa e Por Uma Educação Antirracista.*

Mas, diversidade para quê? Já que a diversidade é qualidade do que é diverso, um conjunto variado de pessoas que integram um todo. A serventia da diversidade é justamente para garantir a multiplicidade, pois é na diversidade que encontramos as oportunidades de aprendizagem e da prática de habilidades diferenciadas de empatia, inteligência emocional e compreensão. Conviver com culturas diferentes é um aprendizado constante, que exige adaptação, respeito e até aceitação. A educação diversa também favorece a criatividade e o “pensar fora da caixa”, uma vez que mantemos contato constante com novas perspectivas sob o olhar a partir de diferentes experiências sob o mesmo elemento.

Compreender, aceitar e valorizar as diferenças é parte do processo de inclusão da diversidade. A ADUFRGS-Sindical acredita que a inclusão é possível em um ambiente múltiplo, baseado na convivência entre pessoas de diferentes condições, pensamentos e características.

EXPEDIENTE



COMUNICAÇÃO

Supervisão Geral
Ana Karin Nunes

Coordenador
Sandro Santos

Jornalistas
Letícia Castro
Simone Ramos

Designer
Bruno Mattarollo

Edição Multimídia
Artur Orestes

Relações Públicas
Patrícia Ramos

DIRETORIA GESTÃO 2022-2025

Presidente
Jairo Alfredo Genz Bolter

Vice-Presidente
Ana Boff de Godoy

1º Secretária
Regina
Rigatto Witt

2º Secretário e Diretor Social e Cultural
Aduino Locatelli
Taufer

1º Tesoureiro
Eduardo Rolim
de Oliveira

2º Tesoureiro e Diretor de Assuntos Jurídicos
Paulo Xavier

Diretora de Assuntos da Carreira do Magistério Superior
Elizabeth de
Carvalho Castro

Diretor de Assuntos da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Roger Sauandaj
Elias

Diretora de Comunicação
Ana Karin
Nunes

Diretora de Assuntos de Aposentadoria e Previdência
Mariliz
Gutterres

Diretora de Relações Sindicais
Maria Cristina
Martins

Projeto Gráfico e Diagramação
Bianca Weschenfelder

Tiragem 500 exemplares **Publicação** Trimestral

Sede - Rua Barão do Amazonas, 1581 | Jardim Botânico
Porto Alegre/RS | (51) 3228-1188

Sede Vale - Av. Bento Gonçalves, 9500 | Prédio 43606-Sector 2
Porto Alegre/RS | (51) 3308-7388

adufrgs@adufrgs.org.br

Reajuste zero x regra fiscal

Mais uma vez o trabalhador tende a pagar a conta sozinho, por conta das regras fiscais e do badalado déficit zero. O funcionalismo público fica sem reajuste em troca do ajuste de contas do orçamento previsto para o ano de 2024, enviado no encerrar do mês de agosto, pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

Os sindicatos que representam os servidores públicos federais e especialmente a ADUFRGS-Sindical receberam com perplexidade a proposta de reajuste salarial do Governo Federal, que é de menos de 1% para 2024. Nós reconhecemos o avanço no retorno da implementação da Mesa Nacional de Negociação Permanente, entretanto, o diálogo sem uma proposta que signifique o mínimo de reajuste para recompor as perdas da inflação e que atenda os anseios da categoria está aquém do que os professores esperam de um governo progressista.

A categoria protocolou em julho um pedido de recomposição salarial que gira em torno de 39%, com

pagamento escalonado em 2024, 2025 e 2026. A pro-



Esperamos que o Governo Federal mantenha o compromisso e busque alternativas viáveis

posta é para recompor as perdas salariais decorrentes do aumento da inflação e da falta de reajuste salarial dos últimos sete anos. Em março, o Governo Federal concedeu reajuste salarial de 9%, pagos a partir de julho de 2023.

Conforme o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o orçamento está adequado. Para o ministro, a medida é necessária para o equilíbrio das contas públicas. Haddad não nega o desafio de zerar a meta do resultado primário em 2024. O que nos faz pensar que teremos que intensificar a luta pois a fala do ministro nos deixa sem expectativas diante de um orçamento conservador nos números.

Déficit zero é algo plausível e muito importante, porém esse não pode consumir o orçamento dos bons investimentos tão necessários para o desenvolvimento do país. O governo não pode focar no déficit zero esquecendo dos pilares do Estado, que são os servidores públicos que ao longo dos últimos sete anos foram

atacados duramente pelos ajustes fiscais.

Precisamos de um Estado forte e operante, e para isso precisamos de funcionários públicos estimulados e comprometidos com o desenvolvimento do país. O reajuste salarial dos servidores é parte importante deste processo.

Esperamos que o Governo Federal, que se elegeu com a bandeira de valorização dos serviços e dos servidores públicos, mantenha o compromisso e busque alternativas viáveis para apresentar aos servidores um reajuste digno e condizente com as suas necessidades para que ações mais duras não se tornem o caminho.



JAIRO BOLTER

Presidente da
ADUFRGS-Sindical



Sindicatos receberam com perplexidade a proposta de reajuste salarial do Governo Federal, que é de menos de 1% para 2024



ASSISTA
Manifestação
do presidente
Jairo Bolter
sobre reajuste



Educação pública para **superação do racismo**

Ministro
Silvio Almeida
destacou o
papel social das
universidades
durante evento
na UFRGS

SIMONE RAMOS

“Sou filósofo e advogado, mas o que eu mais gosto de ser e me faz feliz é ser professor”, declarou o ministro de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Silvio Almeida ao proferir a aula magna da Faculdade de Direito da UFRGS, dia 11 de agosto, em Porto Alegre. O ministro defendeu, ainda, as instituições de ensino e os serviços públicos, citando como inspiração a história de sua família. “Meu pai e minhas tias foram criadas dentro das universidades e isso permitiu a realização de uma série de sonhos.”

SIMONE RAMOS



A universidade pública é fundamental no combate ao racismo.

SILVIO ALMEIDA

Ministro na campanha da ADUFRGS por uma educação antirracista

O Brasil recentemente flertou com o que há de pior na sociedade que é o fascismo. Como o Sr. vê esse momento de retomada dos direitos humanos e da cidadania no Brasil?

Falar de direitos humanos é falar de conflito, de luta política. Essa sempre será uma pauta ideológica. Temos que disputar os direitos humanos como ideologia, mas também como prática política e esse governo dá um novo sentido para isso. Para lutar pelo futuro nós temos que ressignificar o passado. A escravidão foi uma espécie de luta política de uma organização social e econômica, além de um modo de constituição da vida no Brasil.

A política de direitos humanos envolve a reconstrução da memória. Vejam os efeitos deletérios de alguém que nega a existência da escravidão e da ditadura militar no País e os efeitos que isso causa no presente. Precisamos dar sequência e responsabilizar aqueles que produziram atos de violência e que de alguma maneira atentaram contra o povo brasileiro e contra a democracia e a dignidade. Tem que haver justiça e políticas de não repetição. O que está em disputa é o sentido da humanidade. A humanidade dá sentido para todas as formas de discriminação. A expansão colonial no Brasil passa essa ideia de levar a humanidade à civilização. Somente a luta política pode mudar nossa condição.

Qual papel da universidade no combate ao racismo estrutural?

A universidade pública tem um papel fundamental no combate ao racismo. Precisamos fazer com que a universidade esteja cada vez mais vinculada com as agendas do povo brasileiro. Esse é o papel que a universidade precisa exercer.

Do ponto de vista econômico, o Brasil não conseguiu vencer a dependência econômica, que se traduz em desigualdade e tem efeitos sociais e culturais. Nos últimos anos, as universidades sofreram ataques que fazem parte desse sistema estrutural e dessa dependência econômica internacional. Sem universidade não tem pesquisa, tecnologia e processo de industrialização. Sem isso não há emprego de qualidade, nem salário decente.

A nação tem a ver com raça, que é importante para definir quem são os trabalhadores no Brasil. Será que num país que temos tantos pretos podemos oferecer mão de obra complexa? Talvez, os negros não estejam preparados para exercer trabalhos de alta complexidade. Por isso, temos que constituir educação pública universal para todo mundo. A raça é fundamental para se criar o mundo do trabalho.

Existe a teoria que o Brasil não é racista, mas que existe uma desigualdade social. Como o Ministério de Direitos Humanos vê esses diferentes pontos de vista?

Existem pessoas que acham que pobre não pode estar no orçamento do País. Que uma pessoa por ser pobre não pode ter direito a uma vida decente. Que uma pessoa por ser filho de pobre não pode fazer medicina. A dependência econômica gera uma cultura dependente e faz com que tenhamos uma mentalidade colonizada.

O Brasil não conseguiu vencer a dependência econômica, que se traduz em desigualdade e tem efeitos sociais e culturais. Dependência econômica, autoritarismo e racismo são tendências estruturais no Brasil. O racismo dá sentido e forma às relações sociais.

Primeira diretora da Faculdade de Direito

Professora da UFRGS, Cláudia Marques defende mais mulheres no Judiciário

SIMONE RAMOS

Rumo aos 125 anos, a serem completados em agosto de 2025, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul traz o pioneirismo de mulheres que lutaram pela conquista do voto feminino e a redemocratização do Brasil. Hoje, a instituição tem a sua frente a professora doutora Cláudia Lima Marques, a primeira mulher a ocupar o cargo de diretora.

A jurista divide o legado do protagonismo feminino na Faculdade de Direito da UFRGS com Ana Paula Motta Costa, primeira vice-diretora (cargo atual); Natércia da Cunha Silveira advogada do Rio Grande do Sul, graduada pela Universidade e primeira advogada do Rio Grande do Sul; Sulamita Cabral, primeira professora concursada; e Cléa Anna Maria Carpi da Rocha, primeira presidente mulher do Centro de Direito.

Filiada à ADUFRGS-Sindical, a diretora Cláudia Marques destacou a importância histórica da Faculdade de Direito da UFRGS. “É uma faculdade livre de Direito, anterior à criação da própria Universidade. Por aqui passaram muitas personalidades que vão moldar o estado nacional, a democracia, a liberdade e o direito ao voto feminino”, declarou. “As universidades públicas cumprem seu papel social e sua força está em nossos pesquisadores,

professores, estudantes e funcionários. Nós acreditamos na ciência e na pesquisa”, ressaltou.

Em relação à participação das mulheres no Poder Judiciário, a dra. Cláudia lembrou a atuação das ministras Ellen Gracie e Rosa Weber, que são oriundas da Faculdade de Direito da UFRGS. “Estamos engajados na luta para a indicação de uma mulher ao Supremo Tribunal Federal e gostaríamos que o presidente mantivesse a representatividade feminina. Têm mulheres que estão concorrendo, inclusive negras. É bom manter essa lição que as ministras Ellen Gracie, Cármen Lucia e Rosa Weber nos deixaram. Precisamos manter os espaços de representação feminina protagonizados por es-

sas pioneiras”, considerou.

De acordo com a diretora, é fundamental honrar a contribuição inestimável que as ministras gaúchas deram ao estado brasileiro. “O judiciário tem mantido a luta pela democracia e o respeito. A consolidação da nossa democracia precisa que cada um de nossos poderes ajude o judiciário a manter e elevar a proteção dos vulneráveis. Hoje nós queremos liberdade econômica e respeito a todas as pessoas. A prática dos direitos humanos no dia a dia, é isso que almejamos”, reforçou.



SIMONE RAMOS

Jurista é filiada à ADUFRGS-Sindical e luta pela educação pública

“

Estamos engajados na luta para a indicação de uma mulher ao STF para manter a representatividade feminina.

XIX Encontro Nacional **do PROIFES**

Atividade reúne propostas para o futuro da educação pública e do movimento sindical



Delegação gaúcha levou contribuições ao debate nacional

SIMONE RAMOS

Nos dias 19, 20 e 21 de julho, a capital baiana foi palco das discussões do XIX Encontro Nacional do PROIFES-Federação, que resultou na sistematização de 200 propostas apresentadas por delegações de 13 sindicatos federados, norteando os rumos da educação pública. O conteúdo foi aprovado dia 25 de agosto, durante reunião do Conselho Deliberativo da Federação, que distribuiu as propostas para as respectivas diretorias e GTs responsáveis pela concretização do trabalho.

A Carta de Salvador marcou o Encontro Nacional e reforçou o posicionamento dos docentes sobre a importância da retomada

da democracia e da reconstrução econômica e social do País. O evento também referendou o respeito à diversidade e a paridade de gênero nas instâncias de poder.

O plenário aprovou três moções: uma em desagravo à memória do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da UFSC; outra em defesa da manutenção da atual política de Ciência e Tecnologia; e uma moção contra as altas taxas de juros praticadas no País pelo “Banco Central Independente” de Roberto Campos Neto.

Foi lançada ainda a campanha da IEAL contra as privatizações e por mais investimento público na educação, durante a mesa mediada pelo diretor de Relações Internacionais do PROIFES, Eduardo Rolim de Oliveira.

RS leva a segunda maior delegação

Com recorde de votação, o Sindicato garantiu a presença de 11 delegadas e delegados eleitos, quatro observadores e um representante da diretoria, totalizando 16 docentes no Encontro.

“A votação histórica para eleição de delegados ao Encontro do PROIFES refletiu a esperança da nossa base pela retomada da democracia e por mais orçamento para viabilizar a educação pública, gratuita e de qualidade”, declarou Jairo Bolter, presidente da ADUFRGS-Sindical.

Eixos 1 e 2

O texto “A barreira simbólica – Universidade estranha às causas populares”, de autoria do secretário geral do PROIFES-Federação, Lúcio Vieira, abriu as discussões do Eixo 1 PNE Enfrentamento da questão pública x privado: Mercantilização e disputa ideológica. Já a diretora de Relações Sindicais da ADUFRGS-Sindical, Maria Cristina Mar-

tins, abordou “Os desafios da educação pública”.

No Eixo 2 Desafios do movimento sindical frente ao novo Governo, o professor Lúcio destacou as disputas em curso na defesa da universidade pública e de um governo de coalizão. Em seguida, a professora Danie-la Fialho defendeu a revogação do Novo Ensino Médio e de uma

educação com formação política e cidadã aos jovens.

O professor Vanderlei Carra-ro, representante do MOSAP, e a diretora de Assuntos de Aposentadoria e Previdência do Sindicato, Mariliz Gutterres, reafirmaram a luta pela aprovação da PEC 555/2006, que estipula o fim da contribuição previdenciária para inativos.

Eixos 3 e 4

Os Eixos 3 e 4 abordaram os assuntos: Reestruturação sindical e o futuro do PROIFES-Federação; Carreira, salários e previdência, condições de trabalho e democracia interna nas IFES. Ana Boff de Godoy, vice-presidenta da ADUFRGS-Sindical, foi uma das autoras do texto “Por um movimento sindical antimachista” escrito em parceria com outras dirigentes sindicais, que defenderam a construção de uma política de promoção da igualdade de gênero no PROIFES.

O diretor Social Cultural do Sindicato, Adauto Locatelli Taufer, apresentou o texto “Des-

construir velhos para construir novos paradigmas: A necessidade de romper padrões machistas no ambiente sindical”.

Já a professora da UFCSPA, Luciana Boose Pinheiro falou sobre “Perspectivas para a gestão sindical e o PROIFES-Federação: A eficiência na luta”, propondo planejamento estratégico e gestão da qualidade sindical nos mandatos do PROIFES. Também apresentou texto no Eixo 4 “Democracia na eleição de reitores: Quais os rumos e quais as medidas?”.

A diretora de Comunicação da ADUFRGS-Sindical, Ana Karin

Nunes, propôs a criação de um fórum permanente de compartilhamento de experiências sobre comunicação sindical para fortalecer as estruturas dos sindicatos e da Federação. Apresentou ainda o texto “Contribuições para a reflexão do papel dos sindicatos na curricularização da extensão”, escrito em parceria com a professora Sandra de Deus, filiada ao Sindicato.

A professora Mariliz falou sobre a pesquisa científica e tecnológica e abordou o texto “O bem-estar e a força dos professores aposentados que somos ou seremos”.



XIX Encontro do PROIFES mobilizou docentes na capital baiana

Painel Democracia e Paz na Escola

A atividade fez parte do Ciclo de Debates da ADUFRGS-Sindical Construindo Agora o Amanhã.

SIMONE RAMOS

Com auditório lotado, na noite de 24 de agosto, a ADUFRGS-Sindical apresentou o segundo encontro do Ciclo de Debates “Construindo Agora o Amanhã”, que abordou o tema “Democracia e Paz na Escola”. O painel contou com a explanação da professora da UFRGS, Jaqueline Moll, a professora da Universidade de Brasília, Catarina de Almeida Santos e a vice-presidenta da União Nacional dos Estudantes, Daiane Araújo. O debate foi mediado pelo jornalista Juremir Machado e teve transmissão ao vivo pelo YouTube do Sindicato.



Painelistas afirmam que a educação pública forma cidadãos e cidadãs

“

Estamos falando de uma escola que está inserida numa sociedade extremamente violenta. Há poucos dias nos deparamos com a triste notícia sobre o assassinato da quilombola mãe Bernardete. A escola está sendo atacada para não debater temas que estão provocando e mantendo as violências na sociedade. Segundo a Constituição, a educação precisa garantir o desenvolvimento pleno das pessoas e formar pessoas cidadãs para construir uma sociedade que caiba todas as pessoas. A paz que queremos construir não poderá ser alcançada sem a escola.

CATARINA
Professora da UNB

“

Neste momento vejo uma violência que foi naturalizada pelo discurso de ódio, xenofobia, misoginia, racismo e pela política de armamentismo incentivada pelo governo anterior e isso se manifestou fortemente nas instituições de ensino junto com outros ataques como o desfinanciamento da educação pública. Se a gente transformar a educação, vamos transformar a realidade de muitas vidas. A reforma o ensino médio atinge fortemente a possibilidade da juventude sonhar em estar em qualquer lugar para ser um ser pensante, aumentando as desigualdades sociais.

DAIANE
Vice-presidenta da UNE

“

A luta contra a reforma do novo ensino médio é a mais central hoje. Se nós perdemos não vamos conseguir construir um país democrático. Se os jovens de 15 anos puderem escolher se eles querem ou não estudar história, artes, ciências...é claro que temos que acompanhar o século 21, mas não podemos privar as classes populares do acesso ao conhecimento que a humanidade foi acumulando ao longo dos séculos e da modernidade. É preciso afirmar um projeto de país para todos. Para construir paz na escola é preciso pensar em paz na sociedade. Outro nome de paz é a justiça social.

JAQUELINE
Professora da UFRGS



ASSISTA



Acesse o QRCode e assista o ciclo.

ADUFRGS na Diretoria Executiva da CUT-RS



Diretoria CUT-RS
Gestão 2023-2027

Vice-presidente da ADUFRGS é a nova Secretária de Políticas Sociais da Central

LETÍCIA CASTRO

“Queremos que a classe trabalhadora seja cada vez mais protagonista na reconstrução do nosso país”. A frase, dita por Amarildo Cenci, presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS), durante o 16º Congresso Estadual da CUT do Rio Grande do Sul (16º CECUT-RS), marca a sua recondução ao cargo na Gestão 2023-2027, em eleição ocorrida dentro do congresso, dias 4 e 5 de agosto no Teatro Dante Barone. A vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, Ana Boff de Godoy, integra a nova gestão, ocupando a Secretaria de Políticas Sociais da Diretoria Executiva da CUT-RS.

A fala do presidente da CUT mostra o quanto a ADUFRGS está conectada com as pautas da Central, em especial a reconstrução do Brasil, debatendo a partir das universidades. A entrada na Diretoria Executiva da CUT-RS vem coroar essa sintonia com a Central, e foi comemorada pela vice-presidente, Ana Boff de Godoy, que passa a ser responsável pela Secretaria de Políticas Sociais.

“Essa é uma conquista muito grande da ADUFRGS-Sindical, é a primeira vez que temos assento na CUT estadual”, destacou. “Fico muito feliz e honrada por ter sido indicada para compor essa diretoria e encaro como um desafio, que vai ser cumprido por mim e todos os meus colegas”, finalizou a sindicalista.

MARCHA DAS MARGARIDAS

A ADUFRGS participou em Brasília, junto ao PROIFES-Federação e seu GT Direitos Humanos, da 7ª Marcha das Margaridas, nos dias 15 e 16 de agosto. A marcha completou 23 anos de luta contra a pobreza e a violência sexista. A diretoria foi representada pela vice-presidente, Ana Boff de Godoy, e pela diretora de Secretaria, Regina Witt. Também participaram das atividades as professoras Luciana Nunes e Sônia Ogiba, respectivamente presidente e vice do Conselho de Representantes da ADUFRGS, e a professora Gisele Orlandi Introini. A vice-presidente destacou “a importância da participação política das mulheres na reconstrução do Brasil para o bem-viver”.



LEIA MAIS



Matéria ampliada com nominata Gestão 2023-2027 CUT-RS



OUÇA



Podcast com Ana Boff de Godoy

Ação coletiva paga R\$ 52 milhões

REPRODUÇÃO

R\$ 11,5 milhões vão ser pagos no mês de outubro a 1.380 filiados



Atendimento jurídico é um dos serviços oferecidos pelo Sindicato

LETÍCIA CASTRO

A ADUFRGS-Sindical informa que a partir de outubro 1.380 filiados receberão valores que totalizam mais de R\$ 11,5 milhões referentes à ação coletiva dos 3,17%. Outros 829 filiados têm cerca de R\$ 20,5 milhões a receber até 2025. Por tratar-se de ação coletiva, há também não filiados beneficiados, porém estes devem arcar

com diferentes custos. No total, são R\$ 52 milhões a serem pagos.

O diretor Tesoureiro Eduardo Rolim de Oliveira explicou que a ação coletiva é um ganho judicial efetivamente conquistado pela assessoria jurídica do Sindicato. “O que começará a ser pago será a execução da ação coletiva dos 3,17% relativa à parte que o governo não concordava - uma parte já havia sido paga. É uma ação coletiva muito importante, que envolve um número grande

de familiares e professores filiados e não filiados, pois abrange toda a categoria. A conquista mostra a importância do Sindicato e de uma assessoria jurídica competente”, destacou.

Rolim lembrou dos benefícios de ser filiado à ADUFRGS: os serviços oferecidos, a informação disponibilizada pela assessoria e também os custos diferenciados. “Aqueles que são filiados, na época da execução, pagam apenas 1% da causa, ao passo que os não filiados têm um valor bem superior a esse em relação à execução”, ressaltou. “Qualquer pessoa pode executar sua ação coletiva, mas é preciso ter cuidado com golpes. Ninguém melhor que o Sindicato, que propôs a ação e tem expertise no assunto, para fazer essa execução. Procure o Sindicato, que é o melhor local para isso”, recomendou o sindicalista.

A ADUFRGS-Sindical atua na defesa dos interesses sindicais, políticos, sociais e culturais dos professores da sua base, e oferece uma gama de benefícios e serviços para realizar essa missão. Entre eles está toda a estrutura de atendimento jurídico dos escritórios Bordas – responsável pela ação dos 3,17% – e Chuy.

!
LEIA MAIS



Veja aqui todos os serviços

ATENDIMENTO JURÍDICO

CONTE COM A EXPERIÊNCIA NA DEFESA DOS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Saúde e Bem-estar ADufrgs

ALONGAMENTO
PILATES DE SOLO
GRUPO DE CORRIDA
MUSCULAÇÃO
NATAÇÃO INICIAÇÃO
NATAÇÃO CONDICIONAMENTO



Programa foca na
qualidade de vida

ARTE DE BRUNO MATTAROLLO

Programa Saúde e Bem-estar ADUFRGS

Iniciativa é fruto de parceria do Sindicato com instituições de educação e saúde

LETÍCIA CASTRO

O programa Saúde e Bem-estar é uma nova iniciativa da ADUFRGS-Sindical que tem por objetivo oferecer atividades voltadas à qualidade de vida. A novidade é fruto da parceria com a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID/UFRGS), que vai possibilitar a realização de uma série de atividades físicas tanto

na universidade como no próprio Sindicato.

Na Sede Barão do Amazonas estão disponíveis duas modalidades: alongamento e pilates de solo. Os filiados também podem contar com a estrutura e profissionais da UFRGS na realização de mais quatro atividades, como grupo de corrida, musculação e natação, com turmas para iniciantes e também para quem quiser manter o condicionamento físico. Essas práticas são realizadas na Pista de Atletismo e no Centro

Olímpico da ESEFID, que fica na rua Felizardo, 750, bairro Jardim Botânico, em Porto Alegre.

Para participar, basta acessar o site e preencher o formulário de inscrição conforme a modalidade de interesse, consultando os dias, horários e locais.

Além do suporte sindical, o Sindicato quer cuidar mais de seus filiados, da ativa ou aposentados, lutando por direitos, mas também cuidando e protegendo, promovendo o movimento tanto do corpo quanto da mente.

LEIA MAIS



Programa
Saúde e
Bem-estar



Acompanhe o
PODCAST DA ADUFRGS
pelo Spotify e Youtube

 ADUFRGS-Sindical
 CanalADUFRGS

PROFESSORES DIVERSOS EDUCAÇÃO DIVERSA

Uma homenagem da ADUFRGS-Sindical
ao mês das professoras e dos professores.



AGENDA

ACOMPANHE AQUI A AGENDA DO SEU SINDICATO



CANAIS



@ADUFRGSSINDICAL



@ADUFRGSSINDICAL



@ADUFRGSSINDICAL



CANAL ADUFRGS



PODCAST
ADUFRGS-SINDICAL